

Modelo é cópia francesa

Quando se fala em parlamentarismo misto, o modelo que vem à mente dos defensores do sistema com maior frequência é o francês, copiado, basicamente, na década passada, pela democracia portuguesa.

O que distingue bem a forma francesa é o artigo 16 da Constituição daquele país, que reza: "Quando as instituições da República, a independência da Nação, a integridade do território ou o cumprimento dos compromissos internacionais forem ameaçados de forma grave e imediata e quando o funcionamento regular das autoridades governamentais for interrompido, o presidente da República tomará as medidas necessárias nas circunstâncias, após realizar consultas oficiais com o premier, (Senado e Assembleia Nacional) e o Conselho Constitucional".

Ainda no modelo francês, o presidente da República preside o Conselho de Ministros — o que não é comum no sistema parlamentarista.

A forma francesa inspirou os integrantes da chamada Comissão Afonso Arinos, que no ano passado elaborou um anteprojeto de Constituição, criando um modelo qualificado de "dualismo de complementariedade". Esse modelo preservaria muitos dos poderes do presidencialismo, mas também instituiria o sistema de gabinete, com a existência, ainda, de um conselho de estado, que atuaria como "órgão superior de consulta do presidente da República".

Pela proposta da Comissão, a Câmara teria sua composição



reduzida de 487 para 420 membros; os deputados não teriam mais direito a jeton e as atividades do Congresso seriam ampliadas em mais 15 dias.

Uma das questões que preocupam parlamentares que se opõem ao parlamentarismo é a possibilidade de agravamento da

Jango fez última experiência

O sistema parlamentarista foi adotado no Brasil durante o Império e no início do governo João Goulart — entre o dia 2 de setembro de 1961 e seis de janeiro de 1963. Essa última experiência foi a saída encontrada na época pelas lideranças políticas e militares, em razão das resistências que setores das Forças Armadas opuseram à posse de João Goulart na presidência. Jango era vice-presidente e estava em visita à China quando Jânio Quadros renunciou, no dia 25 de agosto de 61, gerando uma grave crise institucional.

Acertada a fórmula parlamentarista, como maneira de reduzir o poder de Goulart, mesmo assim ele conseguiu impor-se às resistências do Congresso e, já na

instabilidade dos quadros administrativos em todos os escalões, nas mudanças do gabinete. Levando-se em conta que atualmente o governo dispõe de 10 mil cargos para distribuir entre os políticos e assim assegurar maioria parlamentar no Congresso, há o temor de que no parlamentarismo, a barganha se torne ainda maior, com mudanças frequentes nos quadros da administração e maior perseguição política a servidores públicos.

O senador Nelson Carneiro considera essa preocupação inconsistente, sustentando que o parlamentarismo teria condições de consolidar a burocracia, dando maior estabilidade à carreira administrativa, ficando passíveis de demissão (ou desconfinça) apenas os ministros e seus auxiliares diretos.

pregação do seu programa de reformas de base, atraiu o apoio da opinião pública para a derubada do sistema que assegurou sua posse. Nos 15 meses de duração da experiência, foram três os primeiros ministros: o mineiro Tancredo Neves; o gaúcho Brochado da Rocha e o paulista Hermes de Lima.

Utilizando a máquina governamental, Jango estimulou a campanha do "não" ao parlamentarismo através de palavras de ordem com "Não à miséria", à desordem e violação das liberdades". No plebiscito, realizado no dia 6 de janeiro de 63, o "não" ganhou esmagadoramente: 9.457.000 eleitores votaram contra o parlamentarismo e apenas 2.073.000 a favor.